

JOÃO MARTINS PEREIRA

ter "aquele retrato" do Che num canto do quarto foi, durante duas décadas, por esse mundo, quase obrigatório para muita gente. Era ideológico, isso (uma marca de esquerda, de "estar com a revolução")? Uma moda (mas não estava a esquerda, ela própria, de certa maneira, na moda)? Um culto? O simples prazer de ter ali um objecto bellissimo (algo que nem se sabia bem se era uma fotografia ou uma gravura, o novo grafismo a despontar)? Se fosse hoje, já algum sociólogo matreiro se teria dado ao trabalho de nos dar em percentagem a repartição dessas e de outras motivações de tantos milhares que fizeram questão em ter a imagem do Che a acompanhar-lhes os gestos quotidianos.

Isto é tanto mais extraordinário quanto nos chegaram ecos da presença pública do Che, da sua acção e das suas palavras, durante pouco mais de quatro anos (1961-65), pouco se sabendo dele depois, até ao anúncio da sua morte em 1967. Isto quer dizer que a larga maioria dos "implicados" naquele acto o fizeram já depois da sua morte, o que inevitavelmente parece sugerir um fenómeno de "culto". O que seria a última coisa que o próprio Che teria desejado. O Che não andou por este mundo para fazer devotos mas para "dar o exemplo" da acção revolucionária e para ganhar militantes anti-imperialistas. Mas porque não ver antes nisso uma tomada de posição: "aqui estamos nós, somos os teus herdeiros"? Quantos o terão sido, em definitivo?

O objectivo do Che era claríssimo: conseguir, à escala mundial, e sobretudo nos vastos continentes do "sub-desenvolvimento" (para o Che: da dependência, da fome, da opressão), juntar forças suficientes para fazer frente ao seu inimigo maior: o imperialismo norte-americano, "o grande inimigo do género humano", nas

MEMÓRIA E PRESENÇA DO CHE E DO VIETNAME

palavras do Che. Daí a sua tese famosa do "dois, três, vários Vietname". E ninguém como ele expressou com maior ênfase o sentimento do dever revolucionário de "solidariedade" (quando Cuba andava a pagar à União Soviética o que precisava a "preços mundiais"). A verdade é que, com ou sem retrato na parede, foram milhões os que, em particular na América Latina, sentiram um novo alento com as suas palavras, e não poucos os que pegaram em armas. Mas ele próprio reconhecia que, depois de Cuba, os Estados Unidos dificilmente se deixariam surpreender de novo. Ainda assim, foi com esses homens que morreu, na selva boliviana.

Amarelecidos os retratos (quem os arrancaria sem apagar um pouco de si-próprio?), o século prepara-se para os grandes balanços, e não faltará quem chame ao Che o "último dos heróis românticos". Bela maneira de o "arquivar". Os Estados Unidos já não temerão "o socialismo", mas sabem bem que o anti-imperialismo dura mais do que os sucessores de Brezhnev: dura enquanto existir o imperialismo. A pressão obsessiva sobre Cuba, que alguns parece terem dificuldade em entender, explica-se por isso mesmo: o ódio ao yankee continua mais do que vivo na América Latina e pode explodir quando menos se esperar. Talvez a luta anti-imperialista esteja ainda no princípio, talvez esteja na agenda do novo século numa escala ainda não conhecida. Talvez a sua "utopia" esteja a fermentar nos interesses da sociedade da informação e das altas tecnologias que alguns julgaram ser o fim da História.

Talvez não seja por acaso, ou moda renascida, que, segundo parece, os retratos do Che estão hoje a conhecer uma nova onda de popularidade. São cada vez mais os que temem o futuro, mas muitos os que mantêm a esperança. A sombra do Che estará sempre, dê-se por ela ou não, onde estiver o sonho de uma sociedade melhor, radicalmente diferente, onde os homens não sejam explorados nem oprimidos. E os sonhos acabam por tornar-se lutas. E o Vietname, não o que parece hoje convertido ao capitalismo, mas o Vietname-memória, continuará a morar com o Che nesses sonhos e nessas lutas.

ANDRÉ BEJA

A partida foi um certo olhar que me despertou curiosidade. Sempre tive a facilidade para me deixar prender pela força que alguns olhos transmitem. E aqueles tinham algo de realmente diferente. Traziam, de dentro de uma simples fotografia, uma simplicidade misteriosa, uma energia intrigante, dando-lhe, a essa fotografia, uma espécie de ... vida.

A minha Mãe costuma recordar o dia em que o Che foi assassinado. Conta que lhe deu uma fúria tal que só lhe apetecia bater nos fascistas pelo que haviam feito. Fascistas esses que, então, andavam um pouco por todo o lado. Só lhe voltou a dar uma fúria destas com o assassinio do Allende e com a 1ª maioria do Cavaco...

Sempre associei o Guevara a um certo tipo de valores humanistas e socialistas, numa altura em que ainda não sabia bem o que isso era. Sendo a igualdade entre as pessoas e o respeito pelo próximo as bases da minha educação, teria de haver uma ligação óbvia entre aquela figura e os seus conceitos políticos (que até estavam nos telejornais!) e a escala das tarefas domésticas que todos tínhamos de partilhar lá em casa...

Aos 16 anos perguntei ao meu pai:

"Olha lá, não tens aí qualquer coisa sobre o Che que se possa ler?"

Foi com um sorriso babado que me deu um livro azul, já cansado pelos anos, o qual, a seu tempo, custara 55\$00. Na capa, uma foto diferente da que conhecia, confirmava uns olhos transbordantes que, cada vez

CONHECER O POSTER

mais, me fascinavam. Abri o livro e na biografia encontrei algo curioso: aquele era o dia dos 66 anos do Che.

Aqueles foram os tempos das minhas primeiras lutas estudantis, reivindicando uma maior justiça e uma verdadeira igualdade de direitos e oportunidades. O Che, que prefiro tratar por Ernesto, era um símbolo, era uma bandeira que se erguia

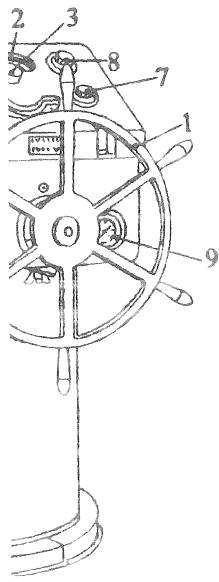
com uma mão, enquanto a outra segurava um manifesto reivindicativo. Era, no fundo a cara dos milhares de estudantes que estavam (e estão!) a ser oprimidos pela política do egoísmo, traduzida pela força do bastão. Não foi então difícil aperceber-me do sentido da luta daquele homem que, 26 anos depois da sua morte, me incitava a uma atitude tão ambigualmente plausível: exigir sempre o impossível para que os outros possam ser sempre iguais a mim e eu igual a eles. Não sendo ninguém mais do que nós todos.

Deixando um pouco de lado o seu militantismo ideológico (que é um assunto que costuma gerar polémica) aquilo que realmente fez do Ernesto um grande homem foi a força que teve para viver em nome de um sonho, o que o levou a morrer como morreu e não de reumatismo numa qualquer marquês de ministério em Havana. É isto que realmente admiro nele.

Apesar de tudo, o Ernesto continua a ser um homem que, como todos os homens, teve as suas virtudes e os seus defeitos.

Um dia, olhando para um pin que trago à lapela, um amigo perguntou-me inocentemente: "Este gajo não é o vocalista dos Rage Against the Machine?"

Foi uma das maiores desilusões da minha vida!...



CONHECIMENTO DOS MARES: A CIÊNCIA E A VIDA

JOÃO MARTINS PEREIRA

Há longos séculos que os homens das zonas costeiras frequentam os mares, não foi preciso que os portugueses os descobrissem. Comunidades sem conta viveram da pesca, outras meteram-se ao mar, ligaram ilhas e continentes, desenvolveram técnicas de captura e de navegação. Quantos homens nele viveram, sonharam, comerciaram, combateram, piratearam. Quantos lhe conheceram os tons, os humores, as manhas, as correntes, as paisagens.

Foi preciso chegar ao fim deste milénio para, ao mesmo tempo que se proclamava o ano dos Oceanos e a EXPO os instituía enquanto tema privilegiado, um grupo de peritos viesse alertar a comunidade científica para o desconhecimento dos mares, logo, para a necessidade de cada vez mais se dedicarem esforços no sentido de recolher dados e desenvolver tecnologias visando colmatar essa ignorância. Os alvos serão a preservação do ambiente marítimo, mas também o acesso a fabulosas riquezas submarinas ainda inexploradas.

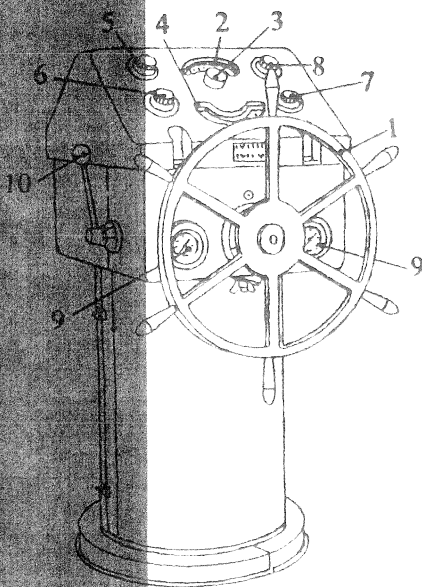
Esse desconhecimento pode parecer estranho, mas não é: hoje em dia conhecimento é sinónimo de conhecimento científico, conhecer é obter dados precisos e seguros. O que se pretende dizer é que, mesmo tendo em conta os avanços seculares nos domínios da navegação, da construção naval, das pescas ou mesmo da biologia marítima, grande parte do conhecimento acumulado por inúmeras gerações na sua relação quotidiana com o mar não foi verdadeiro conhecimento, mas apenas experiência desordenada, mesclada de romantismo, de lendas e de afectividade.

Talvez por isso mesmo, a evolução nas últimas décadas tem sido no sentido de afastar os homens do mar e aproximar dele as máquinas, as tecnologias. A ciência. Afastá-los como? No sector das pescas prevalecem as técnicas de captura de massa e os navios fábrica onde, como em qualquer outra fábrica, se usam cada vez mais equipamentos sofisticados e menos homens. A pesca costeira e artesanal ocupa cada vez menos gente, os antigos centros pesqueiros tornaram-se locais de férias onde uma escassa faina subsiste quase só como atracção turística.

No sector da marinha mercante, a revolução dos contentores e a dos equipamentos portuários fizeram com que navios cada vez de maior capacidade efectuem viagens cada vez mais rápidas e descarreguem em cada vez menos tempo, com pouquíssimo pessoal a bordo e no cais. Os poucos tripulantes já não viajam, vivem num frenético vai-vem entre cidades onde raramente têm tempo sequer para desembarcar. Perdeu-se aqui conhecimento dos mares, mas também das terras e das gentes. Enquanto isso, a ciência aplica-se em desenvolver barcos e objectos telecomandados que, sem ninguém sair de terra, abastecerão os computadores dos centros de investigação com um volume imenso de dados oceanográficos, de biologia e geologia marítima e muitos outros, cuja recolha requeria antes navios especializados e expedições prolongadas, em que cientistas e tripulantes partilhavam a experiência do mar.

Assim como sentados em casa, face à Internet, podemos ter acesso a uma vastíssima informação, sem qualquer contacto pessoal, sem ter de manusear livros e revistas, ou podemos mesmo fazer amigos, se não amores, também um dia o conhecimento dos mares estará disponível em computadores e até poderá ser tratado e usado por gente que nunca tenha visto o mar. De lenda, este passará a uma mera abstracção. Os que ainda por lá andam serão meros operadores, a que já ninguém chamará marinheiros ou homens do mar: limitar-se-ão a carregar em botões para operar as artes de pesca ou para fazer andar os navios.

Com isso ter-se-ão acabado definitivamente os Conrad, os Jack London ou os Melville e tantos outros para quem o mar foi bem mais do que um simples objecto científico. O novo conhecimento dos mares, esse, estou certo que, para além dos benefícios científicos que dele se esperam, não deixará de dar origem a novos negócios prósperos e competitivos e, de preferência, mundializados. O mar, povoado apenas por objectos sofisticados, poderá talvez um dia guardar para si os seus segredos e os seus mistérios.



A VERDADE É QUE...

JOÃO MARTINS PEREIRA

A VERDADE É QUE, PENSANDO BEM, ELLES NOS PARECEM ESTAR SEMPRE A DIZER O MESMO, E TODOS ELLES A DIZER O MESMO, AINDA QUE SE AFIRMEM POR VEZES EM TOTAL DESACORDO UNS COM OS OUTROS

A verdade é que estamos tão habituados a ver na televisão um sem-fim de caras conhecidas (governantes e candidatos a, deputados, autarcas, directores-gerais, jornalistas, comêntadores económicos e políticos, juristas, engenheiros, já sem falar de presidentes de clubes ou de associações empresariais, de notáveis locais e tantos outros) que, quase sem darmos por isso, achamos que são essas as pessoas importantes do país.

Mas já alguma vez parámos um momento para nos interrogarmos: que história é essa de "ser importante"? E que importância tem isso, para quem e para quem, salvo porventura para eles-próprios? Quantas vezes nos surpreenderam com ideias novas? Quantas nos levaram a reflectir sobre as coisas? Quantas nos levaram, sequer, a questionar se estamos ou não de acordo com o que dizem? A verdade é que, pensando bem, eles nos parecem estar sempre a dizer o mesmo, e todos eles a dizer o mesmo, ainda que se afirmem por vezes em total desacordo uns com os outros - seja qual for o assunto de que falam. Muitas vezes quase adivinhamos o que vão dizer a seguir, e o modo como o vão dizer. Mas a verdade é também que acabamos por achar isso natural. No fim de contas, impressiona-nos talvez o ar respeitável, a desenvoltura no discurso, até o bem-vestir, até aqueles "repare que" com que invariavelmente respondem às perguntas também sempre respeitáveis dos jornalistas, ou aquela "postura" de que invariavelmente todos se orgulham. Porque nunca nos ocorreu interrogarmo-nos sobre se não é justamente por se apresentarem como "respeitáveis" que nos aparecem quase diariamente na televisão, embora o oposto também seja verdadeiro - ou seja, um círculo vicioso aparentemente sem grande saída.

A verdade é que não estamos habituados a questionar aquilo que dizem as "pessoas importantes" porque não estamos habituados a questionar o mundo à nossa volta e a questionar-nos a nós-próprios. A verdade é que nos refugiamos na ideia de que "eles sabem coisas que nós não sabemos", e se calhar é mesmo por isso que os achamos importantes e que estão sempre a dizer coisas importantes. A verdade é que raramente nos pomos a questão: e se não fosse assim (afinal de contas já os apanhámos, tantas vezes, a dizer coisas opostas ao que diziam tempos atrás)? E quando por exemplo propõem "políticas" e "medidas" e "soluções", quando nos dizem que "não pode ser de outra maneira", quantas vezes nos interrogámos: e se não tivesse que ser assim? e se ele está a dizer aquilo porque tem interesses (ou defende interesses) que não são os meus, ou porque acredita (ou finge que acredita) em coisas em que eu não acredito? Por palavras mais caras: e se não fosse um "saber", mas uma ideologia, o que lhe dita aquelas palavras, aquelas políticas, medidas e soluções? E se o discurso respeitável não fosse mais do que o discurso do poder, em sentido lato (do governo e da oposição, do autarca e do jornalista, do comentador, dos inúmeros "presidentes" e "directores" e "especialistas")?

A verdade é que quando, por exemplo, nos falam de transportes, percebemos sem dificuldade que a prioridade está nas auto-estradas e, nas cidades, nos túneis e viadutos, e que há por ali muito de eleitoralismo. O que nos leva a pensar que, enquanto houver eleições, vai ter de ser assim, e não há volta a dar-lhe. Não é verdade. Embora existam obviamente razões eleitorais, essas prioridades são políticas, e visam beneficiar as empresas e os automobilistas, isto é, o transporte privado, e, dentro dos modos de transporte, o rodoviário. Outra política, com outras prioridades sociais, privilegiaria o transporte colectivo e o modo ferroviário, diversificando ao mesmo tempo o investimento público para outros sectores mais carenciados.

A verdade é que constantemente ouvimos falar em privatizações, em que a

gestão privada é mais eficiente, em que a concorrência faz baixar os preços, em que o lucro é o motor do crescimento económico. Parece, pois, que tem de ser assim. Não tem. Basta ver o escândalo e o caos do ensino privado, onde, para além do mais, os custos do ensino são exorbitantes; basta ver como têm aumentado os preços do telefone, à medida que vai sendo privatizada a Telecom; basta ver como as clínicas e a medicina privada estão reservadas a uma elite ou a tantos que, por razões de urgência, se têm que endividar para as poderem utilizar; basta ver como os bancos e as seguradoras têm vindo a ter lucros fabulosos, nunca vistos, com benefícios bem mais chorudos para os seus accionistas do que para os seus utentes. As privatizações são, no essencial, questão de ideologia, a ideologia do neo-liberalismo, muito mais do que uma necessidade colectiva. Outra política restituiria ao sector público o seu papel fundamental em áreas em que o mercado cria e alimenta desigualdades sociais, gera desemprego, baixa a qualidade, torna os utentes em meros "clientes", pautando um "serviço público" pelo exclusivo critério do lucro máximo.

Outros exemplos poderiam encontrar-se nos "grandes consensos" sobre a Europa (que parece indiscutível, sem nunca verdadeiramente ter sido discutida, democraticamente discutida) ou sobre o combate à toxicodependência (vista, no essencial, como uma questão de delinquência, logo, de segurança dos cidadãos), ou sobre a necessidade de fazer, a maior ou menor prazo, cortes na Segurança Social (também aqui, tornando parte dela num negócio para o sector financeiro). Ou em outros grandes consensos, não apregoados esses (temos de ser nós a descobri-los), do não-combate à corrupção ou à fraude fiscal, onde reina a impunidade, com a prestável colaboração do sistema judicial. Nada disto tem de ser assim. O silêncio sobre os males desta Europa tem-nos sido comprado a troco de subsídios: é tempo de pensarmos que outra Europa seria a nossa. A toxicodependência, sabemo-lo bem, é um problema social e médico, desencadeado e alimentado por um dos mais prósperos negócios clandestinos, que tem de ser combatido (o problema) em todos esses terrenos, não no da mera repressão sobre os consumidores ou os pequenos traficantes. A Segurança Social, conquista histórica das gerações anteriores, não pode ficar entregue às vicissitudes da poupança individual, muito menos ao risco do mercado financeiro internacional. Quanto à corrupção e à fraude fiscal, não será preciso pensarmos muito para vermos aí um claro indício de falta de "vontade política" (uma expressão tão usada no discurso das "pessoas importantes"), expressão de uma conjunção de interesses não-inocentes.

Nada tem, nunca, que ser assim. Essa é uma posição conservadora, ou simplesmente resignada. Há sempre alternativas, que resultam de ideias novas, do debate dessas ideias, da convicção de que é possível aplicá-las.

"Vejam bem / que não há só gaiotas em terra / quando a gente se põe a pensar", escreveu e cantou o Zeca Afonso. É isso: no pensar é que está a esperança. Temos, todos, de nos pôr a pensar, fora das ideologias da moda, que aspiram, coitadas, a ser definitivas. Acho que esta seria uma bela definição do Bloco de Esquerda: "o partido que põe a gente a pensar".

CONSENSOS E DEMOCRACIA

VIVEMOS em Setembro passado um movimento de massas à escala nacional, praticamente sem falhas (o arrotto do madeirense não conta), em torno da causa dos direitos do povo timorense, espezinhadados da forma mais violenta e revoltante pelo ocupante, derrotado sem apelo nas urnas. Seja por uma espécie de instituto colectivo de culpabilização relativamente a esse povo que outrora colonizámos e depois abandonámos, seja pela força insuportável das imagens e das histórias que nos chegaram pelos média, seja por apelo dos governantes (embaraçados por um acordo que assinaram e se veio a revelar ingénuo, ou precipitado), seja por outra excelente razão qualquer, o facto é que se gerou uma mobilização geral, em larga medida espontânea, de dimensão nunca vista. E como esse movimento vigoroso, para mais imaginativo, extravasou fronteiras e dinamizou acções em muitos outros países, dando-se como exemplar, a favor de uma causa exemplar, quero crer que pesou de algum peso no desfecho (ainda provisório, é certo) que os poderosos deste mundo acabaram por encontrar – se bem que menos, porventura, do que a palavra de Clinton, a lembrar-nos uma vez mais quem manda no planeta.

Original, por uma vez, "este país" – tão habituado, como os outros, às comoções solitárias, a conta-gotas, que nos causam, com conta, peso e medida, as imagens

televisivas de tantos sofrimentos e massacres por esse mundo. Já agora, alguma vez nos teremos interrogado das razões por que nós-próprios, os mesmos que somos hoje, nunca fomos levados a estes extremos emocionais face ao martírio de há duas décadas do povo angolano? Será mesmo verdade que o Dr. Jorge Sampaio, como ouvi na Rádio já em plena crise, agradeceu a José Eduardo dos Santos o seu empenho pelos direitos do povo... timorense?!

Mas, como era de esperar, um tal movimento veio a gerar uma onda nacionalista, expressa em crónicas de opinião de "notáveis" ou em tantos dos depoimentos de gente anónima ao microfone da TSF, quando não, mais inesperadamente, na boca de um militante timorense, que numa manifestação empolgou a multidão aos gritos de "Portugal é grandel". Fala-se da generosidade "dos portugueses", dirigem-se agradecimentos ao povo timorense por, infelizmente para ele, ter despertado em "nós" o desejo de unidade nacional, por ter conseguido que "os portugueses" se reencontrassem enfim no combate por uma causa comum, que um Portugal em "decadência moral" tenha redescoberto uma "grandeza" adormecida, etc. etc. Na verdade, nada prova que qualquer outro país, colocado nas mesmas circunstâncias, não tivesse reagido da mesma maneira. E quanto a essa chamada unidade (ou consenso)

nacional, de um povo inteiro caminhando em uníssono, ela não passa de um mito se a transpusermos para a vivência histórica e democrática, que é a de todos os dias (mesmo durante este tempo excepcional): os portugueses são diversos, têm interesses diversos, ideologias diversas, opõem-se e entram em conflito, e é mesmo isso a essência da democracia, e o que gera uma dinâmica política, social e de desenvolvimento. Só teríamos todos uma causa comum, e só uma, se todos seguissemos convictamente um Partido Único, supostamente nacionalista – perspectiva aterradora e, creio bem, altamente improvável.

Por isso mesmo, o termos sido capazes do que fomos, em Setembro, pelo povo timorense, não pode tornar-nos fãs das "grandes causas nacionais". Só podemos desejar que este movimento venha a ficar como um parêntese histórico, empolgante e reconfortante. Mas cuidado. Não nos deixemos embarcar em consensos pré-fabricados, em "grandezas" de pacotilha, como foi a EXPO e vai ser (já começa) o EURO-2004. O primeiro-ministro não anunciou desde já que vai ser "o melhor Europeu de todos os tempos"? De cada vez que se implantam estas euforias bacocas e intolerantes, que pretendem reduzir os cidadãos a um uníssono de aplausos e vibrações patrióticas, é a democracia que recua um pouco mais. **JOSÉ MARQUES PEREIRA**

NOVA ESQUERDA NOVOS COMBATES

1. SIM, é mesmo verdade. Em menos de dois meses o COMBATE reaparece nas mãos das e dos leitores com um novo aspecto: maior em tamanho, menor no número de páginas e sobretudo mais ágil como instrumento para a intervenção política e para alargar o debate na esquerda. Não quisemos esperar pelo fim do milénio para assumir o desafio desta mudança. Porque é preciso que desde já se saiba que esta esquerda radical, intransigente e insubmissa quer e vai estar na rua e nos movimentos sociais, animar debates e lutas e enfrentar os pequenos e os grandes poderes, estejam eles em conflito nos gabinetes da Porto 2001 ou em consenso na cimeira de Seattle, munidos de novos acordos que fomentam as desigualdades nas trocas comerciais.

edito r i a l

2. Assumindo a forma de jornal, o COMBATE encerra o ciclo iniciado em Outubro de 1992. Ao longo de 73 edições a revista procurou ir mais longe na análise de temas da política e do quotidiano, acolhendo crónicas, opiniões e contributos de muitas dezenas de colaboradores. Com esta nova série – e após um ano de transição – queremos conservar o melhor dessas experiências e recuperar elementos que tornaram o COMBATE numa referência, nomeadamente ao nível da expressão de uma nova geração de ilustradores deste país.

3. É sem dúvida ambicioso o desafio a que nos propomos: para alargar a rede de leitores é necessária a divulgação e a venda militante do jornal, o que transforma por completo a actual estrutura baseada na venda por

assinatura – por isso a descida no preço de capa, que se irá reflectir naturalmente no bolso das e dos assinantes. Pensamos que estão reunidas as condições para o sucesso desta campanha: existe hoje um importante sector da esquerda jovem e exigente que não se conforma nem se revê no coro das maiorias nem da imprensa que as alimenta a colheradas de novela política; existe uma nova esquerda que dá os primeiros passos no caminho da unidade, que se organiza em espaços plurais, e que não teme o confronto com o governo e com a direita; e existe vontade de intervir, mobilizar e informar todas e todos os que querem dar corpo a este campo da esquerda. É para isso que aqui estamos, a abrir esta nova série do COMBATE. **JOSÉ MARQUES PEREIRA**

Directores: LUIS BRANCO, PROPRIEDADE FRANCISCO LOUÇA, EDIÇÃO JORGE COSTA, REDACÇÃO/ALEXANDRA DOURADO, ANTONIO LOUÇA, CARLOS CARVALHO, FRANCISCO LOUÇA, HEITOR DE SOUSA, INÉS FONSECA, JOÃO MAR-TINS FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, NUNO MILAGRE, DIRECÇÃO GRÁFICA JORGE SILVA, IMPRESSÃO E ACABAMENTO TIPOGRAFIA SILVAS, ADMINISTRAÇÃO E REPOSIÇÃO DA PALMA, 268, 1100 LISBOA, TEL. 21 886 46 43, FAX 21 888 27 36, E-MAIL: JORNALCOMBATE@HOTMAIL.COM, PERIODICIDADE MENSAL, ISSN 0871-5396, OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DO COMBATE.

NOVO COMBATE, NOVO PREÇO DE ASSINATURA

Assinar o Combate é a melhor forma de não perder nenhuma edição e de ajudar este colectivo a fazer face aos custos de produção do jornal. Para isso basta preencher este formulário, que pode ser fotocopiado ou recortado, enviando-o para COMBATE, Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa, juntando cheque ou vale postal no valor de 2500 esc. (continente e ilhas) ou 5000 esc (Europa e resto do mundo). A assinatura é anual e corresponde a 11 edições.

NOME
MORADA
CÓD. POSTAL
TELEFONES
E-MAIL

POLÍTICA? PROCUREM-NA

Aí está então o ano 2000, o tal que tantas emoções antecipadas tem causado, desde as mais apocalípticas às mais imediatas, como o bug informático, que já fez milhares de americanos mudarem-se para o campo com geradores próprios e dispensas recheadas, à espera de um "day after" em versão caricatural.

Por cá, muitos nem se darão conta que este ano, tal como o de 1993, vai ser um ano à mingua de dinheiros europeus. É sempre assim entre dois "Quadros Comunitários de Apoio": o anterior terminou em 1999, o próximo só começa em 2001. Quem tenha (ou viva de) "projectos" – empresas, Câmaras, investigadores, associações e instituições variadas, obras públicas, etc. – vai ter de esperar um ano para entrar na bicha dos requerentes. É um pouco como se uma boa parte do país ficasse parada um ano nos tacos de partida para a corrida aos subsídios. Ou como se o país tivesse soluços de 5 em 5 anos.

Entretanto, também muitos não se terão dado conta de que os famosos dinheiros europeus resolveram de uma penada um problema crónico da economia portu-

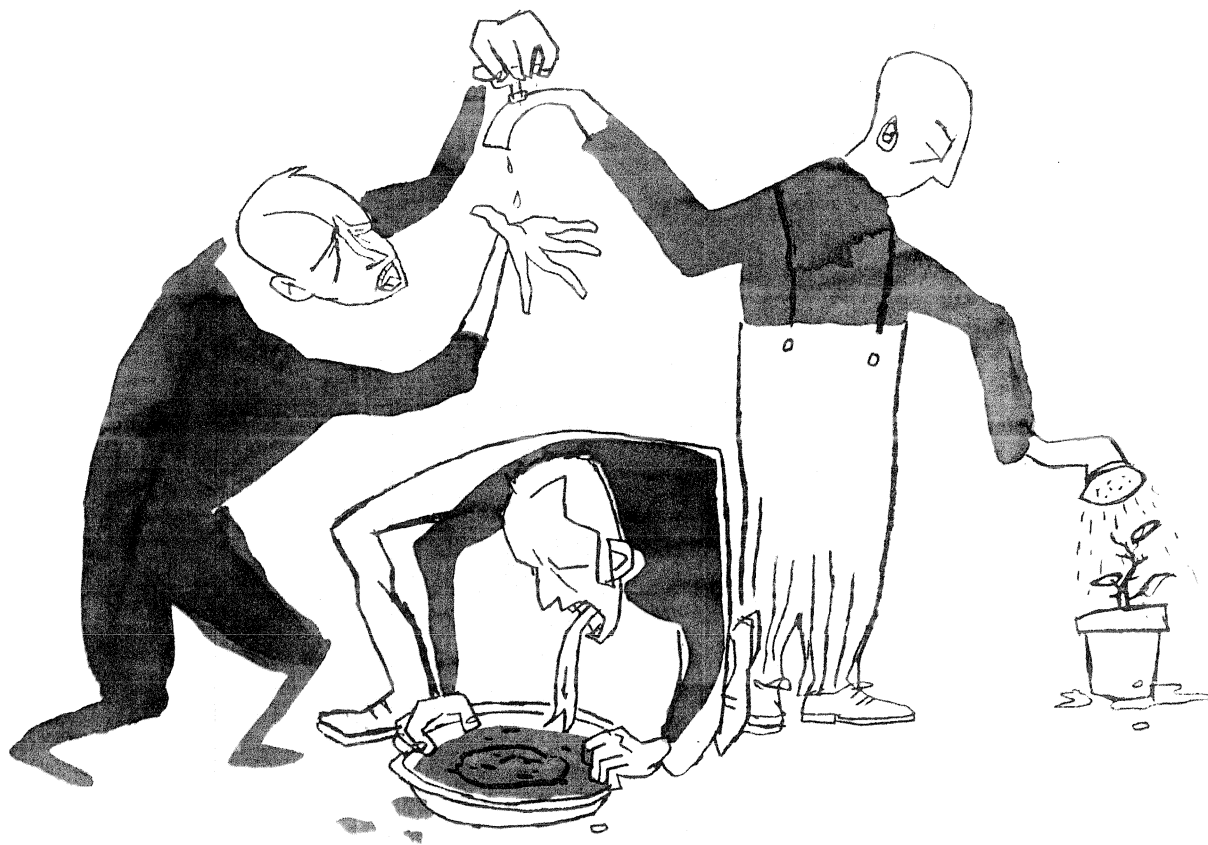
guesa: o da balança de pagamentos. Até 1988-89, só quase as receitas do turismo e as remessas dos emigrantes forneciam divisas para compensar os défices da balança comercial, mas nunca chegavam. A partir de então, as entradas de dinheiro europeu encarregaram-se de equilibrar as contas (em 94 excederam pela primeira vez as remessas de emigrantes). Não voltou a falar-se de balança de pagamentos. E quando se chegar a 2002, com o euro como moeda única, é a própria balança que simplesmente irá desaparecer nas relações com os países europeus, as que mais pesam na economia portuguesa. Sem que tenha havido alterações estruturais significativas na indústria portuguesa, a questão fica arrumada – por omissão.

Como outros problemas graves se irão também resolvendo por omissão, isto é, deixando apenas passar o tempo. Casos do analfabetismo e do desnível salarial relativamente aos outros países europeus. O primeiro, caso impar no contexto europeu, terá uma solução meramente demográfica, com o desaparecimento por morte

gradual das gerações mais idosas. O segundo é mais sério. Um estudo recente, algo optimista, prevê que os salários nacionais atingirão níveis europeus por volta de 2030 (!). Mas como vai ser? O mais certo é ser por desaparecimento (redução acentuada) das indústrias de baixos salários – as que hoje são dominantes na indústria portuguesa –, por instalação de novas indústrias (porventura estrangeiras) e pelo crescimento dos serviços "avanzados". O que, tudo junto, ameaça atrair o desemprego também para níveis europeus (que andarão por onde, em 2030?).

Os subsídios, o euro, a demografia, o mercado – mais depressa ou mais devagar, vão-se encarregando de "resolver" problemas económicos e sociais que, pelos vistos, não "somos"/"fomos" capazes de enfrentar. O desemprego, as desigualdades, a discriminação social, as carências na saúde, na justiça e na educação, essas provavelmente tenderão a agravar-se.

Onde está a política em tudo isto? E que política? Procurem-na.



João Fazenda

OS NOVOS CAMINHOS DA ESQUERDA

No último fim de semana do mês, o Bloco de Esquerda reúne pela primeira vez a Convenção Nacional. Muitas centenas de filiados responderam ao apelo para a transformação da esquerda e a renovação da oposição e têm contribuído para este debate, participando nas sessões preparatórias, no jornal de debates e nas sessões de "parlamento aberto".

Claro que o debate não se esgotará de forma alguma neste encontro nem nos outros que estão para vir. Por isso mesmo, o Bloco não quis ceder à tentação de apresentar um programa político completo e definitivo, com orientações precisas para cada área ou tema em que os aderentes e simpatizantes trabalham no quotidiano. Tendo a consciência de que muito caminho há a fazer até

chegar próximo desse programa, o tempo é o de preparar esse caminho, abrindo espaços de discussão, organizando estruturas dinâmicas de intervenção política e definindo alguns temas políticos centrais que ao mesmo tempo prossigam a reflexão partilhada nas campanhas eleitorais e identifiquem a clareza, a intransigência e a radicalidade do movimento nos próximos dois anos.

O Bloco arranca para a Convenção com novas responsabilidades. Não só a da presença parlamentar que por si só não garante presença pública mediatizada, mas sobretudo pelo contexto político que atravessamos. A presidência portuguesa da União Europeia vai trazer ao país uma parte importante das mobilizações sociais que recusam esta construção da Europa baseada em critérios

financeiros e de exclusão. Sindicalistas e desempregados, ecologistas e mulheres, organizações não governamentais e movimentos políticos de toda a Europa juntar-se-ão neste protesto. Naturalmente, o Bloco deve associar-se e dar o seu empenho à preparação destas iniciativas, assumindo a diferença de uma esquerda que não vê fronteiras na luta por uma Europa dos direitos sociais e que não se submeta às escolhas belicistas, venham elas da NATO ou da vizinha Rússia.

Por tudo isto o Combate apela a todas e todos os que querem ajudar a construir um Bloco que pese na esquerda portuguesa e nos movimentos populares a participarem na convenção e na vida deste movimento que veio para ficar. Luís Branco

A EUROPA QUE (NÃO) QUEREMOS OU ANTI-EUROPEISMO PRIMÁRIO

ALGURES NO centro da França, ao longo de uma auto-estrada, instalou-se há anos uma espécie de Silicon Valley (primeiro grande aglomerado de empresas de ponta, na Califórnia), onde existem hoje 900 empresas de alta tecnologia, com um total de 20 000 trabalhadores, incluindo as Apple e Microsoft. Do outro lado da estrada, um imenso espaço urbanizado abriga cerca de 30 000 pessoas, que de início viram com bons olhos o crescimento daquela "zona industrial", esperando avidamente postos de trabalho, isto num país com mais de 2 milhões de desempregados. Desilusão. Aquelas empresas só necessitam de gente com altas qualificações, de preferência jovens com graus superiores acima da média e técnicos em informática avançada, que de resto escasseiam no mercado. Dir-se-ia, pois, um enclave "americano" em terreno europeu (como há já muitos outros, aliás), um paraíso da tão propagandeada "nova economia".

O simples contar desta história, com o comentário respectivo, é hoje suficiente, nos meios "bem pensantes", para me apontar sintomas de "anti-americanismo primário". Dizem-nos: isso é a sociedade do futuro, e "eles" (os habitantes da zona), se quiserem emprego, saiam dali e vão desencantá-lo onde ele houver; cada

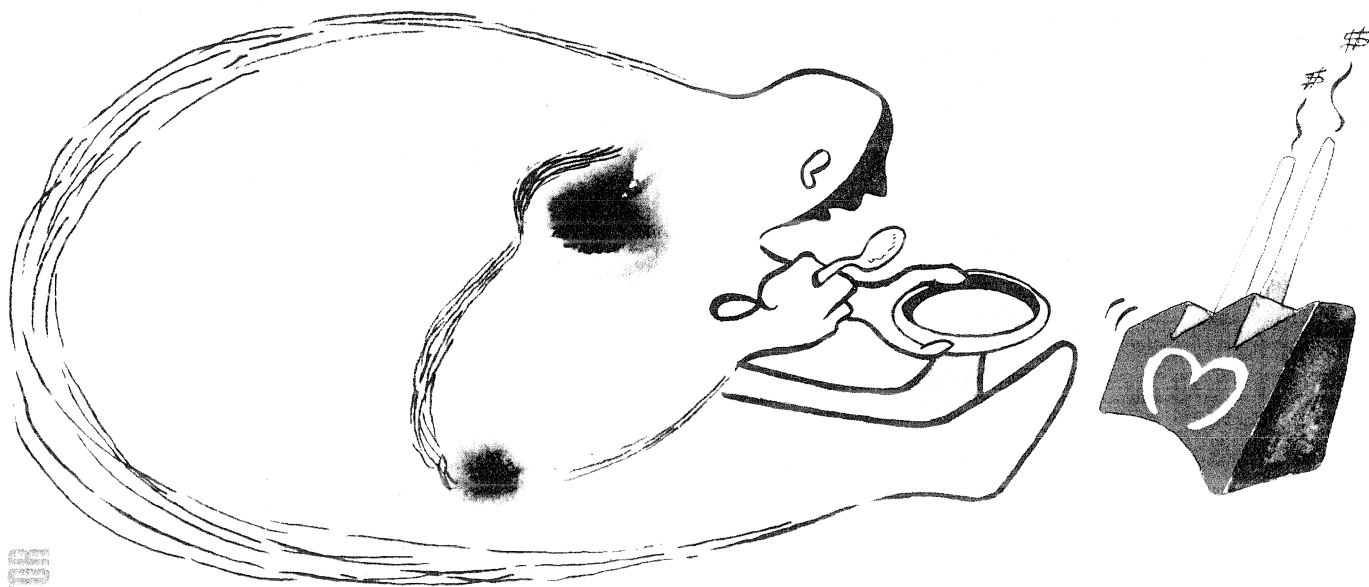
um tem que competir eficazmente pelo seu "lugar na sociedade", e se assim for empregos não faltarão.

Na verdade, conheço algo de muito semelhante ao tal anti-americanismo, e que raramente é referido: o "anti-europeísmo primário" de muitos americanos e, diga-se, de não poucos europeus. Basta ler uma revista de grande público como a "Time". Só no último mês, a Europa foi tema de capa por duas vezes, com os seguintes títulos: "Deixada para trás. A força de trabalho europeia está fora do tempo. E fora do emprego" e "A crise das pensões na Europa". Receita insistente, dada com ares de mestre-escola: privatizar tudo, desregulamentar o trabalho, acabar com subsídios, reestruturar as empresas. Tudo coisas que, de resto, excitam imenso os famosos "mercados financeiros": exemplos – a privatização, mesmo parcelar, da segurança social canalizaria volumosos fundos para "investimento", leia-se para a especulação bolsista; o simples anúncio por qualquer grande grupo de milhares de despedimentos faz-lhe de imediato subir o valor das acções, etc.

A Europa não é nenhum mar de rosas, bem o sabemos. Mas não o é, entre outras coisas, porque a generalidade dos seus governos, na verdade, não está imune a es-

se mesmo "anti-europeísmo". Eles desejam "flexibilizar" o trabalho, eles desejam "reformular" a segurança social no sentido da capitalização (semi-privatização), eles desejam "reestruturar" e/ou privatizar as grandes empresas, eles desejam reduzir as despesas públicas, e é esse programa que está em marcha: o modelo americano, competitivo e violentamente individualista. Eles desejam também o crescimento praticamente como única forma de combater o desemprego. Só que novos empregos, hoje, quer dizer "serviços", e estes significam, como na história do princípio, por um lado, empregos altamente qualificados, por outro, em áreas como o turismo, os transportes ou a distribuição (e também na construção), empregos predominantemente de baixa qualificação e baixos salários, os "mac jobs", como lhes chamam nos Estados Unidos. Está-se a ver o que daí resulta, em termos de fosso crescente de desigualdades económicas e sociais.

Sejamos, então, "pró-europeus" – mas de uma Europa que se encaminhe para uma maior justiça social e uma maior solidariedade, uma Europa dos povos e dos cidadãos, numa democracia revigorada, uma Europa de entendimento das culturas e de paz, uma Europa atenta à miséria do mundo.



ASSIM-ASSIM

ASSIM-ASSIM

ASSIM-ASSIM É MENOS ESQUERDA

UNS DIAS depois da discussão da moção de censura de Paulo Portas, ela está quase esquecida. Não é para menos: os seus objectivos eram modestos. O populismo de direita quis, pela milésima vez, untar-se de raiwa policíesca contra os toxicodependentes e acenar aos patrões das companhias seguradoras. Timidos avanços do governo, viabilizados pelo Bloco e pelo PCR, foram o pretexto para a investida. Contra a nova lei da segurança social – que barra a privatização acelerada da previdência – e contra a abertura de um caminho novo na relação com o consumo de drogas, que permita retirar a toxicodependência da tutela ex-

clusiva da polícia e dos tribunais. O Bloco está contra o governo. Rejeitou o seu programa e votou contra as suas escolhas orçamentais. Foi a mais produtiva oposição parlamentar – com propostas que quebraram as rotinas da Assembleia da República, a começar pela questão das drogas – e a mais activa na denúncia do governo. Se estivesse em causa a política de Guterres sobre combustíveis, salários, privatizações, qualidade do emprego, se estivessem em causa as grandes opções do governo para a sociedade e para a economia, o Bloco estaria do lado da censura. O Bloco de Esquerda votou contra a moção da direita para censurar

as razões da direita. Esta moção de censura foi inconsequente, mas fez-se em nome da especulação bolsista alimentada com pensões privatizadas e em nome da narcoburguesia, milionária e impune, estendendo as suas redes do tráfico ao tratamento privado. Nenhuma esquerda deveria ser ambígua em relação a estes interesses, que o Bloco denunciou ao votar contra o PP. Ficar semi-calado frente à direita mais regressiva, como fez o PCP ao abster-se, é a pior demonstração de clareza política. E esta clareza fará falta, quando o governo tropeçar no orçamento e procurar à esquerda quem o segure. **Jorge Costa**

A INSTABILIDADE QUE DESEJAMOS

É o **DESNÍVEL** das águas que produz energia, por isso se fazem barragens. É a diferença de potencial que cria uma corrente eléctrica. É o desequilíbrio do corpo, o atirarmo-nos para diante, que nos faz andar, correr.

Também na política é assim. A estabilidade não produz movimento. Apregoam as virtudes da estabilidade aqueles que querem manter "o que está", ou talvez melhor, aqueles que querem manter-se "onde estão". E o consenso, essa outra face da estabilidade, é apresentado como uma flor de estufa que se deve cultivar cuidadosamente, para que não haja "perturbações", nem "crises". Na verdade, para que não haja movimento.

Em política, o limite máximo da estabilidade é o da ditadura. O resultado, como bem sabemos, é a ausência de democracia e um "consenso" gerado pela ignorância cultivada e pela acção de polícias e censuras que abafam as vozes discordantes. Em ditadura a discordância é um crime, o movimento um perigo a evitar.

Em democracia, o máximo de estabilidade, também o sabemos, atinge-se com líderes populistas autoritários, eleitos, é certo, mas capazes, sem os meios fortes das ditaduras, de manter "tudo na ordem", distribuindo homens de confiança pelos lugares-chave, silenciando os meios de comunicação, discriminando no emprego, premiando com benesses e subsídios, gritando em permanência contra o inimigo inventado: o Poder Central — que entretanto vai generosamente fornecendo os meios que alimentam o sistema.

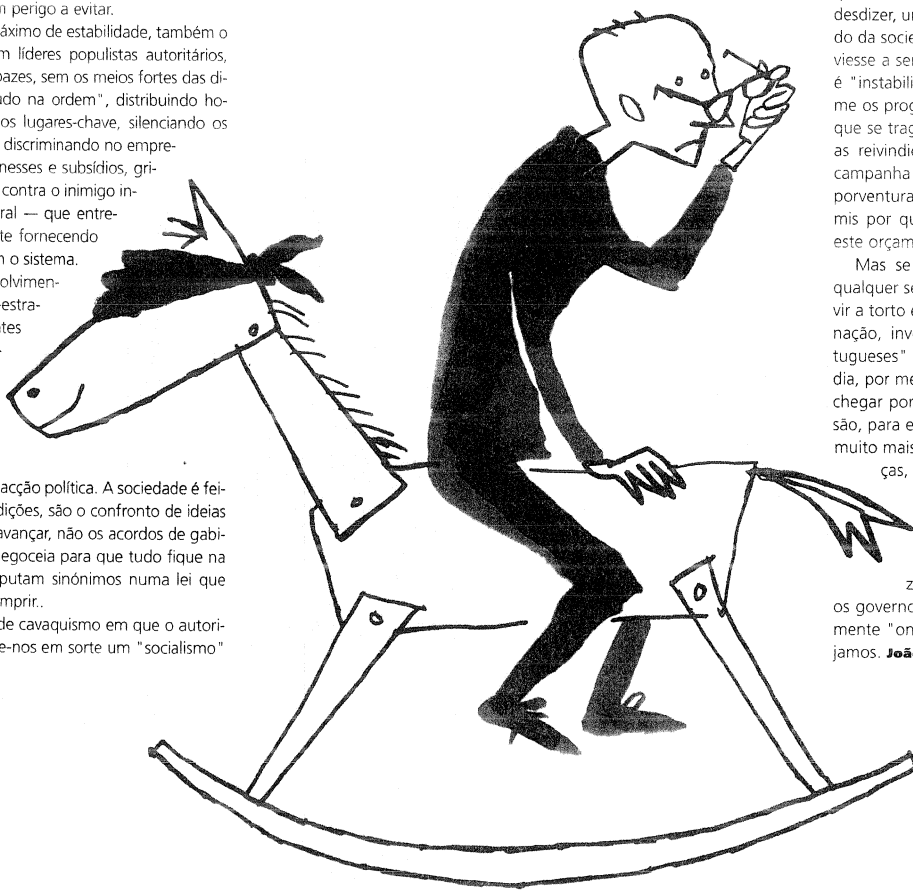
O verdadeiro desenvolvimento — não falo nas auto-estradas, nas marinas, pontes ou aeroportos —, o movimento social empenhado e participado, não se conseguem na estabilidade nem com consensos, enquanto valores proclamados da acção política. A sociedade é feita de conflitos e contradições, são o confronto de ideias e as lutas que a fazem avançar, não os acordos de gabinete, em que tudo se negocia para que tudo fique na mesma, em que se disputam sinónimos numa lei que nem sequer se virá a cumprir.

Depois de dez anos de cavaquismo em que o autoritarismo espregueou, coube-nos em sorte um "socialismo"

dialogante e consensual, em sintonia com um presidente dialogante e consensual. Mas sem maioria absoluta, a "estabilidade" a que, acima de tudo, aspira. Por isso, a cada sobressalto — e os debates orçamentais são-no por excelência — agitam-nos o espectro da "crise política". É nesses momentos que se assiste às mais mirabolantes ginásticas "estabilizadoras", até ao caricato extremo, a que agora assistimos, de arranjos de última hora com qualquer autarca-deputado que se apresente com meia dúzia de reivindicações paroquiais (escrevo ainda sem saber o desfecho da história, e muito menos se não aparecerão ainda outros a exigir menos, ou se não acabará tudo na dita crise).

E se fosse a "crise" o resultado final (o que hoje parece improvável)? Um governo para quem a política é um jogo permanente de trocas e baldrocas, uma máquina de colocar os amigos, um permanente dizer e desdizer, uma fuga empenhada aos problemas de fundo da sociedade — porque nos haveria de assustar que viesse a ser submetido a julgamento eleitoral? Se isso é "instabilidade", pois que o seja. Que venham a lume os programas, os debates, as ideias, as propostas, que se tragam à luz do dia os conflitos, as ideologias, as reivindicações. Claro que estou a imaginar uma campanha eleitoral ideal, mas, ainda assim, tudo seria porventura melhor do que um governo salvo in extremis por qualquer "arrependido", para poder aplicar este orçamento.

Mas se for avante o negócio limiano, ou outro qualquer semelhante, nem por isso deixaremos de ouvir a torto e a direito, ao sabor dos tropeços da governação, invocar a estabilidade como valor que os "portugueses" deveriam prezar acima de tudo. Até um dia, por meros cálculos dos "partidos de governo", se chegar porventura ao "consenso" de que as eleições são, para eles, o menor dos males. Claro que isto terá muito mais que ver com questões de líderes, de alianças, de sondagens, de clientelas, e por aí adiante, do que com a solução dos grandes problemas colectivos. Com efeito, tal solução implicará afrontar poderosos interesses estabelecidos, e será, por natureza, "desestabilizadora". Mais ainda do que os governos, esses interesses pretendem ficar eternamente "onde estão". É essa a instabilidade que desejamos. **João Martins Pereira**



João Frazarria

EDITORIAL

SEM TEMPO A PERDER

"O MUNDO em que vivemos é uma corrida de obstáculos", assim começa o manifesto proposto à votação na Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda. Trata em seguida algumas dessas barreiras que é urgente ultrapassar: a falta de democracia e participação, as políticas repressivas sobre drogas e sexualidade, o militarismo, a mercantilização da cultura e do ensino, a precariedade no trabalho, a degradação do meio ambiente ou a especulação imobiliária que empurra os jovens para as periferias onde a qualidade de vida é uma miragem.

É ponto assente que a política que temos não é feita para a juventude, a começar nas próprias organizações partidárias. Ai, as e os jovens são remetidos para uma espécie de quetto que são as "jotas", de onde são retirados sempre que é preciso agitar bandeiras nas campanhas eleitorais ou arremetidos por alturas de eleições internas. No melhor dos casos, os "seniores" deixam-

nos participar nos debates que consideram como sendo "temas jovens", quase sempre por oposição a "temas sérios". Claro que aqueles são sempre os primeiros a chorar lágrimas de crocodilo sempre que se fala no afastamento dos jovens da política e às vezes até organizam festas "jovens" para contrariar a tendência, com a música e os resultados que se conhecem.

Também aqui, o Bloco quis fazer diferente. Assegurando o direito da juventude se organizar com estruturas próprias — seja em plenários, em núcleos de escola ou de empresa que preparem a actividade nos movimentos sociais — e garantindo a participação plena no debate interno do próprio Bloco, com os mesmos direitos de qualquer membro. Este modo de funcionamento quer romper com o modo tradicional de organização da juventude em partidos, que não são mais do que cópias dos modelos dos "seniores", a cujas ordens obedecem.

As e os jovens do Bloco têm percursos políticos diferentes: uma minoria vem das organizações que compõem o movimento e a estes se juntam activistas que enfrentaram a reforma do secundário e se bateram pela educação sexual nas escolas, anti-proibicionistas convictos em relação à necessidade de dar novas respostas para combater a toxicod dependência, militantes da luta contra as propinas e pelo "sim" no referendo sobre a despenalização do aborto.

Mas esta Conferência junta sobretudo muita gente que desespera com a eternização política ao centro, gente para quem o discurso da esquerda tradicional já nada diz e que não está disposta a esperar mais até que ela resolva dizer algo de novo.

É por isso que aqui estão, as e os jovens do Bloco: simplesmente, porque não tem tempo a perder.

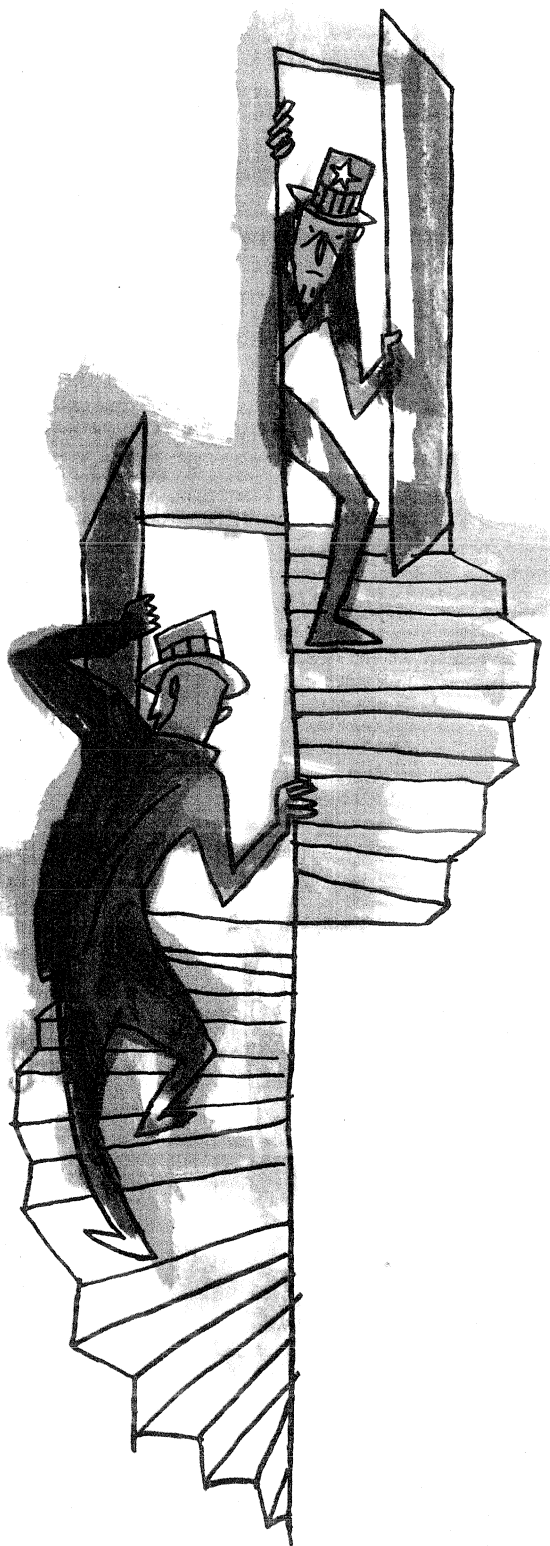
Luís Branco

O INSPECTOR DAS BANANAS

NÃO é nada popular, entre os adeptos do futebol, que o resultado de um jogo seja "decidido na secretaria". Se há duas equipas, cada uma com os seus "argumentos", se há regras do jogo estabelecidas, se há um árbitro em campo, é aí, no campo – acham eles – que terá de se chegar à "verdade desportiva", e não num gabinete, onde se teme que as inclinações clubistas (ou outras) dos burocratas de serviço possam pesar na decisão final. Claro que isto só sucede em situações excepcionais (protesto de um dos clubes, invasão do campo, etc.), mas, numa situação-limite, tal decisão pode condicionar o próprio desfecho de um campeonato – o que, creio, ainda não sucedeu enter nós.

Sucede agora, imagine-se, nos Estados Unidos, com a disputa eleitoral para a presidência. Neste momento já é quase certo que o futuro presidente será "eleito na secretaria". Seja a secretaria o parlamento da Florida (onde dominam os republicanos), seja o Supremo federal (onde as nomeações são feitas pelos presidentes em exercício, e tendem a reflectir as suas posições, mais liberais ou mais conservadoras), seja mesmo, in extremis, o próprio Congresso. A paixão litigante dos americanos – que se sabe não terem qualquer paixão eleitoral – transformou o jogo pouco excitante da contagem dos votos num outro jogo, esse entre equipas de advogados, que alimenta 24 horas por dia muitos milhões de espectadores, cuja maioria nem sequer votou. A eleição-espectáculo no seu melhor.

Mas esta questão veio, como era inevitável, trazer à superfície o problema das "regras do jogo", problema que, por acaso, tem nestes momentos, para nós, um sabor especial. Com efeito, às mentes delicadas de alguns partidos parece insuportável que outros (partidos) tomem decisões de braço no ar (como se fosse esse o problema, e não o de só haver para votar moções únicas e listas únicas, coisa obviamente não sujeita a qualquer disciplina legal). O que pensarão essas almas tão intransigentemente democráticas de um sistema em



João Fátima

que se furam, com mais ou menos energia, os boletins de voto (como cá se fazia antigamente para tirar chocolates nas mercearias), ou em que há boletins que induzem a votar no candidato errado? Mais ainda, quando aqui se faz questão de ter um boletim de voto único, como se tem um enunciado único para os exames nacionais, ou formulários únicos para cada um dos mil programas de subsídios de que vamos vivendo – que pensar de um país em que a eleição presidencial consiste em 50 eleições estaduais, cada uma com as suas regras e os seus boletins?

Enfim, que pensar de um país em que, por hipótese (já algumas vezes verificada, e agora bastante provável), um presidente pode ser eleito sem ter a maioria dos votos expressos?

É claro, como se sabe, que a democracia representativa é um regime de alto risco. Basta lembrar, como se fosse preciso, a eleição alemã de 1933 que deu a maioria ao partido nazi. E também o caso, mais próximo de nós, em que a dita democracia se teve de negar a si-própria para apoiar entusiasticamente a anulação das eleições argelinas, aparentemente irrepreensíveis, em que triunfou a frente islâmica.

Mas hoje, quando qualquer bicho careta empunha com aplicação a bandeira dos direitos humanos, e quando a lisura dos processos eleitorais, devidamente fiscalizados por delegações internacionais, é condição, entre outras, para a concessão de auxílios financeiros ao desenvolvimento – sim, hoje, quem não sorrirá ao pensar, com razão, que por detrás dessas comissões e desse auxílio está a mão dos Estados Unidos? Quem não considerará, maldosamente, que aquele inspector, tão exigente e circunspeto, veio afinal da "grande potência das bananas"?

João Martins Pereira

O PAÍS transformou-se numa trapalhada.

1. Camarate foi crime ou acidente? Ninguém sabe ainda. Mas, a ter sido crime, foi um atentado contra um ministro de defesa que andava na pista de um negócio de fornecimento de armas para uma guerra suja entre o Irão e o Iraque. E os mandantes, dizem, teriam sido um sector da direita militar e negociantes preocupados. O esclarecimento deste caso é importante e urgente – e foi a direita, em particular o próprio PSD, quem no governo criou obstáculos à investigação. Curiosamente, a trapalhada é que este tema é agora a bandeira da direita para agitação natalícia.

2. A Justiça é uma trapalhada. Por responsabili-

dade do PSD, criou-se um imbróglio jurídico no Código do Processo Penal que levou à prescrição de inúmeros processos. Uma decisão recente do Supremo acabou com a dúvida: os grandes crimes de colarinho branco foram amnistiados de facto. Em vez de impor o respeito dos prazos, isto é, regras de responsabilização disciplinar dos juizes que não os cumpram, o governo socialista deixa andar.

3. A reforma fiscal é uma trapalhada: o sigilo bancário mantém-se um tabu, as empresas não são atingidas no essencial das suas práticas fraudulentas. As privatizações são uma trapalhada: a Eni recebe de mão beijada um sector estratégico fundamental, a empresa portuguesa que vende os seus

EDITORIAL UMA TRAPALHADA

interesses obtém uma isenção fiscal, esse dinheiro transita pelo offshore da Madeira para a especulação internacional, ninguém sabe de nada.

4. A saúde é uma trapalhada. Cada vez que um autarca tem força suficiente, a ministra promete-lhe um hospital central no seu concelho. Em vez de médicos de clínica geral, em vez de bons centros de saúde, em vez de medicamentos genéricos baratos e de qualidade, temos numerus clausus no ensino, estabelecimentos desproporcionados e longe das populações, privilégios corporativos e o que mais se sabe e não sabe.

O governo é uma trapalhada. É preciso acabar com esta trapalhada. **Francisco Louçã**

BOLSA AMERICANA, O ELO MAIS FRACO

A **CRISE** bolsista começa a gerar o pânico entre os agentes económicos, em particular entre os que pensaram que, depois de vinte anos de liberalização económica, as trombetas apocalípticas da globalização levariam tudo pela frente, destruindo os muros da realidade. A crise está aí, teimosamente, e o nervosismo e volatilidade das bolsas está a abrir a porta para a desvalorização geral dos capitais, esse drama a que chamamos recessão – que uns pagarão com falência e outros, a maioria, pagarão com desemprego.

Mal Bush tomou posse, anunciou-se que a economia americana entrava em desaceleração. Nada de novo: quem estivesse atento aos sinais da economia saberia que desde há pelo menos um ano, senão mesmo mais, as Bolsas estavam inflacionadas e as cotações andavam pelo menos cerca de 40% acima do que seria de esperar atendendo aos fundamentos da economia. O que aconteceu foi que oito anos de crescimento, em particular nos Estados Unidos, tinham permitido gerar uma imensa confiança que financiou o crescimento. Só que este círculo virtuoso, bem se sabe, se pode transformar depressa num círculo vicioso, e assim aconteceu. A especulação, aliás, já tinha feito das suas partidas no Verão em que os tigres asiáticos se enterraram em crédito mal parado e em dívidas ocultas: e então, nem a maior ope-

ração de resgate pelo FMI conseguiu relançar o crescimento asiático. A morte recente da Daewoo simboliza esse imenso fracasso.

No entanto, era pelo Dow Jones e pelo Nikkei que se mediam as facilidades de fazer as maiores fortunas com especulações de curto prazo. Estes índices expressavam uma sobreavaliação da Bolsa, que havia de vir ao de cima: há mais de dois anos, em artigo no Diário Económico de Novembro de 1998, alertei para os sinais da mudança da conjuntura, que trariam forçosamente uma recessão no horizonte. Ela aí está.

Não podia ser de outra maneira. O motor da especulação tem sido a força da economia americana, que depende em grande medida da força das dotcom – ora, como antes aconteceu com o boom dos caminhos de ferro, na década de 1850, ou depois com os stocks das companhias da electricidade e outras nos finais do século, estes valores eram fortemente especulativos e estavam associados a um diferencial de rentabilidade entre as empresas das novas tecnologias e o conjunto da economia. Mas, para que esse crescimento se mantenha, é preciso que essas tecnologias se difundam por toda a estrutura económica e que provoquem ganhos de produtividade generalizados com o consequente aumento da taxa de lucro, que tem andado em baixa desde os anos

setenta. Ora, isso ainda não aconteceu.

Por isso, entre Março de 2000 e Março de 2001 o índice NASDAQ caiu quase para metade, arrastando uma queda das bolsas de referência em cerca de 20%. Esse processo não vai parar agora. Pode ser parcialmente contrabalançado pela confiança nas empresas de alta tecnologia de aplicações militares e nos fornecedores de armas – a que Bush deu novo fôlego – mas o despesismo militar tem um limite objectivo, e a política de Reagan não se pode repetir com o mesmo sucesso. Assim, voltamos ao fundamental: a crise é que vai seleccionar as empresas, eliminar uma parte do capital e proceder à reestruturação da economia.

A Bolsa portuguesa vai por arrasto. Nunca foi uma forte Bolsa, com grandes poupanças e forte intensidade especulativa: mesmo no período, que já vai longo, dos juros baixos, não se animou a grandes mobilizações de capitais. Agora, as cotações da Sonae e outras empresas de ponta, como as das telecomunicações, entram em queda vertiginosa, por efeito contaminante do que se passa nos restantes mercados de capitais e por resultado da sua anémia própria. A Bolsa portuguesa era antes um mau negócio: agora passa a ser uma lotaria com a particularidade de que, neste caso, nem a casa fica a ganhar. **Francisco Louçã**

EDITORIAL

DA INSEGURANÇA DO MUNDO A POLITICA CASEIRA

DIZEM-NOS que estamos em sociedades da insegurança. E muitos traduzem isso à letra e esfalfam-se a pedir mais polícias nas ruas. Mas para além dessa insegurança, sempre exagerada pelos que a querem confundir com "desordem", e daquela bem mais real e preocupante que é a insegurança no trabalho (as dos acidentes, claro, mas também cada vez mais a precariedade do emprego), ela "entra-nos em casa" por múltiplas outras vias, ditas "civilizacionais".

São, entre outras, o medo do sexo (sida, hepatite-B), o das transfusões de sangue (sida), o da carne (vacas loucas), o da alimentação em geral (toxinas, químicos, transgénicos, colesterol), o do sol (cancro), o do tabaco (cancro, coração, doenças respiratórias). Tudo mais que respeitável, e cientificamente comprovado, sem dúvida, mas nem por isso deixando de vir reforçar os valores conservadores da contenção, da sensatez, da disciplina, que são apanágio daqueles, muitos, que vivem no pânico (mais um) dos valores "permissivos" e "libertários" das gerações de 60 e 70 – que, de resto, alegraram a vida a muitos deles enquanto jovens. Tudo isto somado dá, em termos simbólicos, a tentação do "condomínio fechado", em sentido lato. Uma espécie de medo das "agressões" exteriores, dos outros, numa palavra, daquilo que nos dá sabor à vida.

Passando ao campo social, e cingindo-nos ao caso português – que não será único, nunca é – não vivemos no medo de nada, mas cada vez mais na "suspeita", o que tão-pouco dá muita segurança. Como nunca nada se prova neste domínio, limitamo-nos a suspeitar, de

tanto que já vimos e ouvimos, haver médicos (categoria que costumava andar nos tops dos inquéritos de "prestígio social") que nos receitam não os melhores remédios para nós, mas os melhores para eles, que desleixam o serviço público em benefício da clínica privada, que fogem dos lugares na província como diabo da cruz, que se passeiam por esse mundo em congressos de particular mérito turístico e comercial, além de poderem não ser os mais assíduos à mesa do fisco.

Suspeitamos também, com idênticas reservas, claro, do sector da construção, um dos política e economicamente mais poderosos e influentes, e de muitos dos que lhe "andam à volta". Alegações de pouca clareza nas relações com as Câmaras, essas já vêm muito de trás, de quando elas eram os principais "donos de obra" do país. Mas hoje, e já há muito, esse papel é desempenhado pelo Estado, ou seja, pelo Governo, pelos sucessivos Governos. Desde a insegurança nos estaleiros, passando pela utilização muito rendosa de trabalhadores ilegais e de sub-empregados sem alvará, até questões mais delicadas como deitar abaixo governantes ou financiar partidos – já ouvimos de tudo um pouco, e, à nossa pequena escala, não fariamos mais do que, por exemplo, imitar modestamente e sem máfia, um caso limite, como foi o italiano.

Mas suspeitamos também de certos magistrados e advogados, da justiça em geral. Revolta-nos o alongamento dos processos e, finalmente a sua prescrição, e suspeitamos que os "graúdos" se safam melhor nesse labirinto. Suspeitamos que nem tudo será só questões

de burocracia, de deficiências nos códigos de processo, de insuficiência de meios, como é hábito dizerem-nos. E podíamos continuar por aí adiante, incluindo por exemplo as suspeitas do tipo "de onde vem?": de onde vêm (e para onde vão) os imensos lucros bancários, e os de empresas supostas prestarem serviços públicos, ainda que já privatizadas (total ou parcialmente), e de onde vêm as múltiplas casas de "executivos" ou de meros empregados ou funcionários, os jeeps sem conta que se passeiam pelas cidades, a afluência de boa parte das jovens gerações (logo, dos pais)?

Na verdade, sabemos há muito que não há Estado neutro. Os governos, expressão cimeira do Estado, movem-se no meio de interesses sociais divergentes, muitas vezes contraditórios. Por isso temos de julgá-los de acordo com os interesses que, no exercício da política, mais claramente evidenciam privilegiar. Muitas daquelas suspeitas levam-nos a suspeitar de quais são os interesses, económicos ou corporativos, que o governo, este que temos, pretende manter intocáveis. Pois estaria na sua mão, para isso é poder, "metê-los na ordem", ou então provar-nos, sem margem para dúvidas, que as nossas suspeitas são infundadas. Ao não fazê-lo, o governo põe em risco a democracia e, não podendo apesar de tudo agradar a todos, vai navegando de crise em crise – mas isso é o problema dele -, enquanto muitos se vão aproveitando.

A insegurança social tem as costas largas. Estamos a falar de política. **João Martins Pereira**

QUANDO UM HOMEM SE PÕE A PENSAR

VAMOS então a eleições. Em que contexto as vamos ter?

Em primeiro lugar, numa situação democraticamente perigosa, em que uma boa parte dos cidadãos, no fundo, gostariam de ser ver livres da "classe política" que governou o país nos últimos quinze anos. Primeiro na versão cavaquista, que foi um bodo aos boys daquele tempo e acabou com o prelúdio (tabu) e fuga do líder, deixando o caminho aberto à "mudança" que se desejava. Depois, foi o bodo aos boys do PS, tudo terminando novamente com o líder a fazer as malas (parece uma sina: já o Balsemão e o Freitas se tinham raspado em fins de 82, deixando-nos a meças com o FMI). Que mudança nos espera desta vez (estamos, por agora, a falar tão-só da "maneira de fazer política")? Será possível desencantar naquelas máquinas de distribuir empregos e subsídios energias renovadoras que nos surpreendam? Quem, na verdade, acredita nisso?

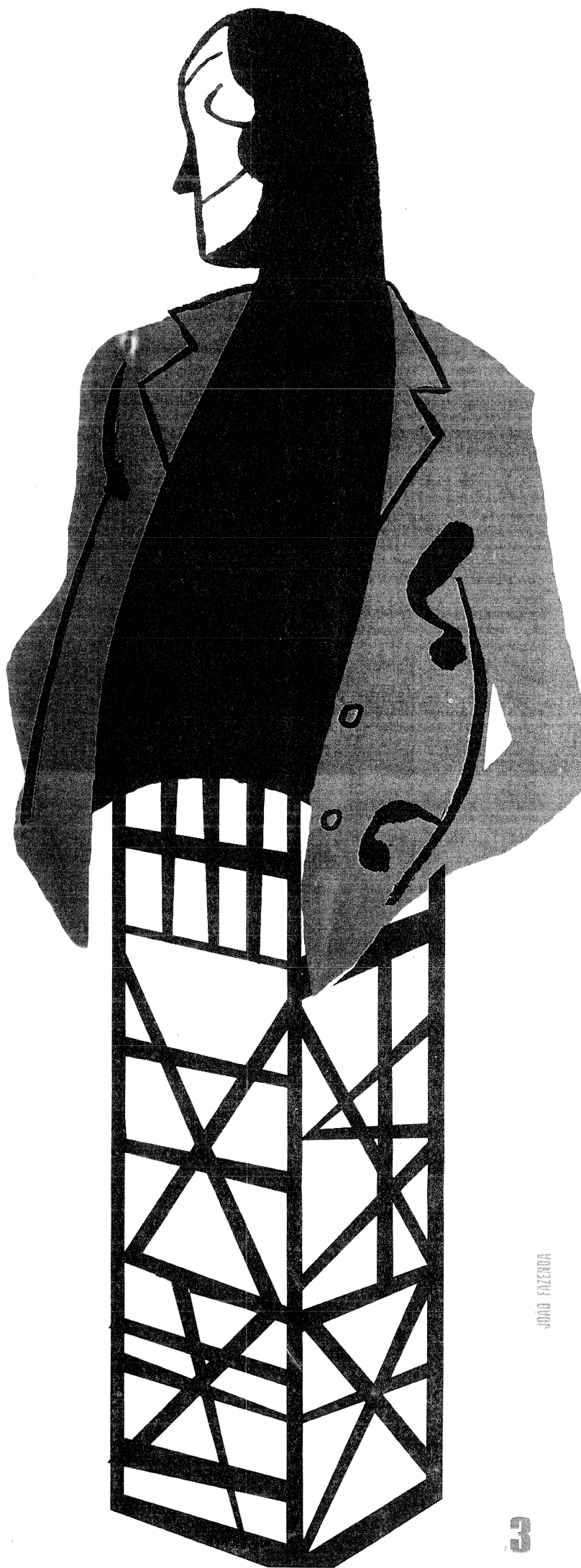
Em segundo lugar, temos o terreno do económico e social, o que directamente mais nos afecta. É claro que, aí, o país de hoje não é o mesmo de há quinze anos. Para o bem ou para o mal, como diria o outro, explodiram as pontes e as estradas, os centros comerciais (sempre cheios) e os telemóveis, a população escolar (que agora começa a baixar por razões demográficas, que são também sociais), as universidades (em número, só poucas em qualidade), as privatizações (o que têm rendido ao Estado e a grupos privados aquelas "loucuras" de 751), as grandes celebrações do ego nacional (Capitais da Cultura, EXPO, também o euro), a imigração (sem a qual não teria havido tantas pontes e estradas) e com ela o crescimento da exclusão social; muita gente, mesmo muita, teve o seu quinhão (repartido sabe Deus como) dos fundos europeus; multiplicaram-se os iates, os jeeps, as segundas, terceiras ou quartas moradias, os campos de golf e os amantes da ópera; dispararam o endividamento e o tráfego de droga, surgiram à boca da cena política os lobbies organizados (que, de resto, sempre existiram), etc. etc.

Mas não explodiram os salários, nem as pensões, nem a justiça social, nem a equidade fiscal, nem a produção, nem as exportações, nem a produtividade. Não explodiu a qualidade da educação, nem a dos serviços de saúde, nem a da justiça, nem a da comunicação social, nem a da administração pública. Em alguns casos, houve mesmo retrocesso. Na verdade, os problemas económicos e sociais do país continuam a mantê-lo no fim da lista europeia, sejam quais forem os critérios, por mais que alegre certos economistas o crescimento da "convergência nominal" (e até essa parece estar a esfumar-se, como os dinheiros europeus, que têm os dias contados). Tem-se por vezes a sensação de que, após termos andado séculos a viver do que nos chegava de fora (riquezas coloniais, capitais ingleses, remessas das sucessivas vagas de emigrantes, turistas e fundos de Bruxelas), alguém nos anda a querer tirar o tapete – se calhar somos nós-próprios.

Perante isto, a questão conjuntural, ou a "crise", se preferirem, é, por assim dizer, algo secundária. Apenas vem complicar um pouco as coisas e dar alento aos que, com que autoridade!, clamam por ordem – em tudo: desde as ruas às contas públicas, das famílias às escolas, dos salários à segurança social. Ou seja, mais polícia, mais autoridade, mais contenção (nos salários, na despesa, nas reivindicações), mais privatização.

Do que precisaria, em teoria, o país neste momento? De um governo credível, insuspeito de traficar empregos e influências, de se submeter aos que pretendem manter situações de privilégio na sociedade, de entrar em negociações com empreiteiros, de medir os actos e as palavras pelo efeito que possam ter "nos mercados" (entenda-se "a Bolsa", esse caricato "termómetro" de uma economia com que pouquíssimo tem a ver). Um governo que desse os primeiros passos, seguros, para a efectiva transformação a prazo da estrutura da economia e da sociedade. Um governo que requalificasse a política e a democracia. Não o iremos ter, a verdade se diga. O Vara em cabeça de lista?? Está tudo dito.

O que tem a esquerda para oferecer? Ideias, propostas, maneiras de ver alternativas. Caminhos possíveis, soluções a que só se chega "quando um homem se põe a pensar". Não um programa de governo, mas um programa de exigências, de desafios à inteligência e à imaginação, à vontade política – da esquerda. Uma esperança – quando já poucos esperam alguma coisa. Uma esperança com razões – fortes. **João Martins Pereira**



A PAZ DOS VENCEDORES

O modo como se dá uma garantia de "legalidade" à guerra ficou em aberto nesta crise. Mas o nosso "Não à guerra" serve para todas, legais ou não

AGORA que a guerra "parou" (desculpem-me a expressão), vale a pena voltar um pouco atrás e repensar serenamente algo que pode não ter ficado suficientemente claro, até porque, na altura, o tempo era de mobilização contra a guerra - e isso não se discutia, nem se discute.

Poderão alguns ter pensado que, dada a determinação aparente de Chirac (se não de outros parceiros também), nos seria poupado, como foi, o dilema que poderia pôr, a alguns dos sectores manifestantes, a hipótese de a guerra ser "autorizada", ou mesmo "lançada", pelo próprio Conselho de Segurança. Os habituais cronistas do campo belicista não se esqueceram de levantar a questão, mas ela terá ficado no ar sem resposta suficiente.

Hoje podemos voltar a ela, e esclarecer as coisas, preto no branco. Como teríamos nós reagido se o tão falado "Direito Internacional", na verdade o Conselho de Segurança, tem dado luz verde à agressão, que passaria, assim, para muitos, a estar "legalizada", à luz do Artº 42 da Carta das Nações Unidas? Que não haja hesitação na resposta. O nosso ponto era, clara e simplesmente, "Não à guerra" - porque a consideramos uma intolerável expedição/agressão colonial, semelhante a tantas outras, e como elas "fundamentada" numa suposta "superioridade moral" (do Ocidente, dos Estados Unidos, da civilização cristã, dos brancos, da democracia), mas na verdade pretendendo acima de tudo conseguir o domínio estratégico sobre uma região rica em recursos naturais e demonstrar ao mundo "quem manda" e que "argumentos" tem esse quem manda contra aqueles que não sigam os seus ditames..

De resto, era, como hoje se sabe, uma guerra projectada e preparada muito antes do 11 de Setembro. E se o Conselho de Segurança a tem "feito sua", isso significaria, *não que estava a aplicar qualquer Direito Internacional*, mas simplesmente que os Estados Unidos, à custa de milhões de dólares a uns tantos (até se sabia quanto e a quais) e de alguns compromissos económico-estratégicos a outros, teriam conseguido impor a sua guerra, sem veto, a uma maioria dos quinze membros do Conselho. Significaria, pois, tão-só, que a Grande Democracia comprara os votos, o que, desde logo, não soa nada bem, e que aquela maioria se vergara, por interesses vários, à vontade da potência hegemónica. Teria, em definitivo, sido uma votação tão limpa como a que elegera Bush.

A Carta das Nações Unidas não prevê tais situações, para ela só contam justamente votos, isto é, o resultado. Ora esses votos, de uma forma geral, estão longe de exprimir o que pensam as populações dos países representados. E entre eles podem estar regimes corruptos, ditaduras impiedosas, "democracias" enfeudadas a interesses poderosos, sejam eles das ex-potências coloniais, de multinacionais, do FMI, ou outros quaisquer. Pense-se apenas no

que valia um voto de Saddam e no que valerá o do fantoche pró-americano que lhe venha a suceder. Como o voto dos Estados Unidos é o das grandes corporações do petróleo e dos armamentos, disfarçado de pretensões puritanas e caricatas à "salvação do Mundo".

Não. Se a democracia é, como todos sabem, um sistema imperfeito, o sistema de resolução de conflitos representado pelo Conselho de Segurança é, pelo seu lado, "mais-que-imperfeito", o que já ficou patente desde os tempos da guerra fria. É aquele que teria punido (na nossa hipótese) com uma guerra "legítima" um Iraque que ignorou várias resoluções do Conselho, mas nunca puniu Israel pelo mesmo desrespeito a outras tantas. Num caso como noutro, a mesma submissão a um membro todo-poderoso, que escolhe a seu bel-prazer quem deve e quem não deve ser punido.

Mas é um facto que, neste caso, o Conselho não se submeteu. Porque, por uma vez, os seus membros eram irrepreensíveis democratas, que estavam ali a defender as aspirações, largamente manifestadas, das suas populações? Porque eram pacifistas convictos? Não. Apenas porque a França, para além de ter dentro de portas uma vasta comunidade muçulmana, viu ameaçados, ao mesmo tempo, os seus interesses na exploração petrolífera no Iraque e o seu pretenso estatuto de "grande potência". E nisso, ou em razões semelhantes, estava acompanhada pela Rússia, e talvez pela China também.

O nosso Não à guerra - "legal" ou "ilegal" - não teve, nem tem, condições. É o nosso Não ao que antes se chamou a "política da canhoneira" e hoje se pode chamar "política de destruição maciça" ou "da bomba de fragmentação". É o nosso Não ao que muitos já chamam "o Império", que não é mais do que a globalização capitalista desenfreada sob a batuta da hiper-potência. É o Não queremos aceitar como bons todos os ditadores que os Estados Unidos puseram ou mantiveram (e mantêm) no poder ou mesmo de quem são aliados (veja-se o Paquistão) e como maus aqueles com quem se zangaram. É o não termos de aceitar como ordem mundial a que vê em todos os refugiados, todos os famintos, todos os estropiados, de todas as pequenas ou grandes guerras que alimentam a indústria das armas, uma mera "questão humanitária", ou a que vê na destruição do Museu de Bagdade um simples dano colateral.

Lembro-me agora que o lema do Estado totalitário imaginado por Orwell no "1984" era "Guerra é paz/ Liberdade é escravatura/ Ignorância é força". O Big Brother ainda não está aí, mas o Bush já faz um bom papel de "irmão mais velho". De uma maneira ou de outra, foi nele que pensei quando me vieram à memória aquelas frases.

A guerra só é paz para os vencedores. Sobretudo se eles forem ignorantes. **João Martins Pereira**

